

Fotógrafos e Fotografias na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (Brasil)

Photographers and Photographs in the Study Section of the Indigenous Protection Service (Brazil)
Fotógrafos y Fotografías en la Sección de Estudios del Servicio de Protección de Indígenas (Brasil)

Lucybeth Camargo de Arruda

Graduada em Comunicação Social por la Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Brasil. Especialización en Antropología Social y Mágister en Antropología Social por la UFMT, Brasil. Actualmente es doctoranda en Antropología Social del Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Brasil. Correo electrónico: lucybeth.arruda@gmail.com

El presente artículo es producto del proyecto de investigación “*Naturalmente filmados. Modos de atuar e de viver nos postos indígenas do SPI na década de 1940*”, financiado por la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – Fapemat.

Resumo

O artigo tem a intenção de localizar os fotógrafos que participaram das expedições foto-cinematográficas, a partir da criação da Seção de Estudos (SE) pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1941. Ao situá-los, a reboque lançamos luz à SE, onde esses profissionais estavam lotados como funcionários, chegando até aos membros do órgão normativo da política indigenista, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). Membros estes, responsáveis por criar e coordenar os trabalhos da SE. A hipótese é que a participação dos antropólogos no CNPI proporcionou a introdução da antropologia aplicada nas atividades do SPI. Assim, a equipe, responsável pela coleta de imagens e sons de grupos indígenas no interior dos postos, deram um *start* fundamental para evidenciar a ambigüidade (assimilação x preservação), presente na política indigenista pelo simples fato da materialidade documental e etnográfica. Essa prática se revela planejada, dando ênfase ao aspecto científico no tratamento dos grupos indígenas.

Palavras chave

Serviço de Proteção aos Índios (SPI), fotógrafos da Seção de Estudos (SE), Harald Schultz, Heinz Foerthmann

Palavras descritivas

Movimentos indigenistas, cientificismo

Abstract

This paper intends to locate the participation of photographers in photo-cinematographic expeditions related to the creation of the Study Section (SE) of the Indigenous Protection Service (SPI) in 1941. Having done this, the focus will move to the SE, where these professionals were identified as civil servants, including the members of the normative body of the indigenist policy, the National Council for the Protection of Indians (CNPI). These members were responsible for creating and coordinating the work of the SE. The hypothesis is that the participation of anthropologists in the CNPI allowed the introduction of applied anthropology in the activities of the SPI. In this way, the team, responsible for the recollection of images and sounds of the indigenous groups enrolled set a fundamental starting point for identifying the ambiguity in indigenous policy at the time simply due to the documental and ethnographic materiality. It is shown such a practice was planned, highlighting the scientificism in dealing with indigenous groups.

Keywords

Indigenous Protection Service (SPI); Photographers of the Study Section (SE); Harald Schultz; Heinz Foerthmann

Keywords plus

Indigenist movements, scientificism

Resumen

Este artículo tiene la intención de localizar la participación de los fotógrafos en las expediciones foto-cinematográficas, a partir de la creación de la Sección de Estudios (SE) perteneciente al Servicio de Protección aos Índios (SPI) en 1941. Al situarlos, en un segundo plano iluminamos el SE, donde esos profesionales eran identificados como funcionarios, llegando hasta los miembros del órgano normativo de la política indigenista, el Consejo Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). Estos miembros eran responsables de crear y coordinar los trabajos de la SE. La hipótesis es que la participación de los antropólogos en el CNPI proporcionó la introducción de la antropología aplicada en las actividades del SPI. Así, el equipo, responsable por la colecta de imágenes y sonidos de grupos indígenas en el interior de los puestos, significó un *start* fundamental para evidenciar la ambigüedad (asimilación por preservación), presente en la política indigenista simplemente por la materialidad documental y etnográfica. Esa práctica se revela como planeada, enfatizando el cientificismo en el tratamiento de los grupos indígenas.

Palabras clave

Servicio de Protección de Indígenas (SPI), Fotógrafos de la Sección de Estudios (SE), Harald Schultz, Heinz Foerthmann

Palabras clave descriptor

Movimientos indigenistas, cientificismo

SICI: 0122-5197(201301)17:34-50:FEFSPI>2.0.TX;2-N



Imagem SPI00049

Equipe foto-cinematográfica composta pelas Srs. Nilo Oliveira Vellozo, Heinz Foerthmann, Carlos Barreto de Souza e auxiliares Terena. Schultz, H. 1942.

Introdução

Em 13 de janeiro de 1922, o diretor interino do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)¹ L. B. Horta Barbosa enviou ao Inspetor de Mato Grosso o seguinte comunicado:

Tendo o senhor Ministro aprovado a proposta desta diretoria relativa a fotografia dos estabelecimentos e Serviços de vossa inspetoria, recomendo-vos que, com máxima urgência, organizeis um programa de aspectos que convém ser fotografados nas dependências da vossa repartição (...)².

Depois de alguns anos de investimento na construção das espacialidades denominadas de postos indígenas, o SPI passou a utilizar a fotografia como um instrumento importante para demonstrar e confirmar o “êxito” de sua política expansionista. Em que pese às distinções étnico-culturais manifestas nos postos, existiu um verdadeiro manual do contato construído e divulgado pelo

Serviço. Acredito ser importante destacar como o órgão foi criando, ou melhor, recriando a necessidade de documentar todas as suas ações. O importante era registrar tudo, seja no formato de relatório, telegrama ou carta. Os registros do SPI eram fundamentais para a máquina administrativa que ganhava vida e sentido com o documento e, assim, ajudava a criar a república emergente via comprovação e justificativa da ação e consequentemente, dos recursos. A inspetoria era a responsável por reunir todas as informações em formato de relatório. Os encarregados e auxiliares tinham o dever de informar tudo que se passava no interior dos postos, que estavam geograficamente muito distantes do centro gestor e regulador dessa política. Com a documentação dessas ações, o governo, através do SPI, construiu uma engrenagem de controle para saber o que estava sendo feito nos rincões do País.

A fotografia chega com força nesse contexto, não só como um instrumento de trabalho, mas também carregada de significado de um Brasil moderno que imprimia um jeito inovador de documentar suas ações com um discurso da objetividade em ação. Assim como a documentação escrita, o recurso visual estava pautado também na construção de uma história positivista pelo seu formato de fiel reflexo do real. Aliás, a fotografia, desde o final do século XIX, se converteu em uma das ferramentas mais úteis para catalogar as

1 O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado pelo Estado brasileiro em 1910 e tinha como meta não só a “pacificação” dos indígenas “hostis”, como também lhes cabia dar: *Assistência, ensino e providenciar de toda a natureza de modo a apressar sem nenhuma (sic) coação, a emancipação dos índios e sua digna incorporação na sociedade brasileira, saudáveis do corpo e capazes do trabalho livre.* (Ata resumida de exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 380. Fotograma 886. Acervo do Museu do Índio/SARQ – MI. RJ).

2 Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.

coisas e as pessoas, respondendo assim às correntes tipologizantes do pensamento social, como bem afirma o estudioso Luis C. Calvo³.

Localizando a Seção de Estudos do SPI e as intencionalidades de produção

Ao deter a atenção para as coleções fotográficas, aqui analisadas, faremos o exercício de localizá-las para então pensar sobre elas, com elas e, principalmente, a partir delas. As imagens foram produzidas em preto e branco e são de autoria dos fotógrafos e funcionários do SPI, Harald Schultz e Heinz Foerthmann, lotados na Seção de Estudos (SE). Schultz foi o autor das imagens dos grupos Terena que moravam nos Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN) Cachoeirinha e Taunay, no ano de 1942. Heinz Foerthmann fotografou grupos de Bororo nos PIN São Lourenço e PIN Córrego Grande e grupos de Bakairi e índios da região do Xingu no Posto Indígena de Atração (PIA) Simões Lopes, em 1943. Foerthmann participou da expedição em que Schultz fotografou os Terena nos postos Cachoeirinha e Taunay e, na ocasião, fez as fotografias dos bastidores da expedição (*Still*), além de ser o responsável pela gravação de disco.

Nessa época, sobretudo a partir de 1942, o SPI utilizou sistematicamente instrumentos como a fotografia, a produção de filmes cinematográficos, gravações de disco e coleta de artefatos com a finalidade de arquivamento e de estudos etnográficos futuros. Isso porque, em novembro de 1939, o presidente da república Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), uma instância de definição política para a questão indígena. Assim, o SPI cumpria o papel executor da política indigenista e o CNPI, o papel exclusivamente consultivo e normativo. De acordo com Carlos Augusto da Rocha Freire⁴, o Estado Novo criou vários conselhos normativos

com a intenção de mediatizar a intervenção do Estado junto a vários assuntos de ordem política, educacional, sócio-cultural, científica e econômica. Tais conselhos funcionavam como assessorias especializadas e o CNPI cumpriu esse papel. Com isso, segundo Antonio Carlos de Souza Lima,

o exercício do governo dos índios encontraria nos primeiros anos desta década (1940) um momento chave em sua trajetória, com a cristalização de normas e procedimentos, objetivados e reproduzidos consuetudinariamente entre seus quadros, contando, para tanto, com o pano de fundo da *Marcha para Oeste*⁵.

Como Lima aponta nesse trecho, o governo de Vargas tinha objetivos mais amplos que estavam aliados à questão indígena. O Conselho cumpriu propósitos, ligados também ao projeto Marcha para Oeste que tinha como meta “povoar e desenvolver as regiões Centro-Oeste e amazônica”⁶. Com isso, a questão indígena que estava relegada ao esquecimento desde a crise que assolou o SPI, com os cortes orçamentários em 1930, retornou ao cenário em nível governamental com essas duas jurisdições (SPI e CNPI), que constituíam essencialmente os órgãos oficiais da política indigenista brasileira. Carlos Augusto da Rocha Freire⁷ afirma que a Marcha para Oeste permitiu, sob o seu impulso, a reorganização do Serviço.

É preciso concordar com Lima⁸, em fragmento acima, que a conjuntura dos primeiros anos da década de 1940, vista através do CNPI, sob o comando de Rondon, foi o foro que cristalizou o saber sobre os índios na forma de normas e métodos que vinham sendo reproduzidos desde tempos imemoriais pelas diversas formas de colonização, nomeadas pelo autor como práticas “consuetudinárias”, e impressas nessa época como prática “sertanista”, tendo Rondon como a figura detentora e reprodutora de tal prática. Para ilustrar tal ação como impressa a partir de uma trajetória mais atrás no tempo, antes do SPI, tomo um trecho do próprio Rondon que responde a uma carta

3 Luis C. Calvo, “Imagen y ciencia. En torno a la indagación sobre la búsqueda de la naturaleza biológica de la cultura”, *Quark*, no. 9 (1997): 25-35.

4 Carlos Augusto da Rocha Freire, “Indigenismo e Antropologia. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na Gestão Rondon (1939-1955)” (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1990), 18.

5 Antonio C. de S. Lima, *Um Grande Cerco de Paz, Poder de Tutela, Indianidade e formação do estado no Brasil* (Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995), 284.

6 Seth Garfield, *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937 – 1988)*, (São Paulo: Editora Unesp, 2011), 40.

7 Freire, “Indigenismo e Antropologia”, 27.

8 Lima, *Um Grande Cerco*, 284.

do coordenador de mobilização econômica João Alberto, no mês de agosto de 1943, dizendo que os métodos, empregados na ação de atração dos índios pelo SPI, vinham de experiências de pessoas que trabalharam com a questão indígena em épocas anteriores ao do Serviço. Rondon, em um fragmento, busca certa genealogia da ação

Congratulamos aquele e eu, por coincidirem o ponto de vista do amigo e o nosso relativamente à política que devemos manter em relação aos nossos selvícolas, tão injustamente maltratados pela perversidade, grosseria e incompreensão dos que geralmente deles se aproximam sem os sentimentos, a experiência e os métodos que nos vêm do passado, através de tipos que representam dignamente a tradição brasileira relativamente aos índios: Marquez de Pombal, José Bonifácio, Couto de Magalhães, General Gomes Carneiro, cujas lições seremos felizes se as pudermos assimilar e praticar⁹.

Isso dito por Cândido Rondon é importante para situar as ações que compreendiam a política indigenista, desse período, não como inaugurais, e sim, como reflexo de ações inseridas em um processo histórico mais largo. No entanto, é inegável que as práticas instauradas por Rondon, em relação aos povos indígenas, (após ter sido iniciado, como aprendiz, pelas mãos do general Gomes Carneiro, na época da primeira parte da construção das linhas telegráficas entre 1889 e 1906) tinham ingredientes inovadores nos métodos de pacificação e atração, como o de evitar os confrontos a qualquer custo, por exemplo. Carlos Alberto Casas Mendoza¹⁰ afirma que

Rondon instaurou na relação entre o Estado e os indígenas uma nova modalidade dentro da tradição sertanista brasileira que procedia do período quinhentista. Recriando as pautas do sertanismo desbravador (processo de territorialização, conhecimento prático do sertão, caráter épico, entre outras), Rondon acrescentou um método de atração por via pacífica. Esse método criou uma «política de relações sociais» baseada na ‘conciliação’ e na ‘tutela’ dos indígenas por parte do Estado. O método de Rondon era inspirado no evolucionismo positivista que adquiriu quando estudante na escola militar.

Em decreto lei publicado no dia 16 de dezembro de 1941, a SE conseguiu uma dotação orçamentária para realizar os estudos etnográficos e outros trabalhos relativos aos silvícolas. Para a dita turma, subordinada à 2ª Seção, foi admitida:

1º - Harald Schultz, Chefe do Serviço; 2º Heinz Foerthmann, diretor artístico de cinema e som; 3º Nilo Oliveira Veloso, 2º Cinematografista; 4º Charlotte Rosebaum, Orientador técnico da seção; 5º Carlos Barreto de Souza, capataz; Tiziano Boscagli Reis, auxiliar cinematográfico; João de Souza Veríssimo, eletricitista cinematográfico; Olavo Monteiro Piquet Moscoso, datilógrafo e auxiliar; Amaury Corrêa Bento, auxiliar de Serviços gerais; Paulo de Andrade, servente¹¹.

Entretanto, a fotografia estava presente no SPI muito antes da criação da SE e, conseqüentemente, da equipe etnográfica. A gênese dessa presença começa dentro da Comissão Rondon, capitaneada pelo 2º Tenente Luiz Thomaz Reis, encarregado pelos registros fotográficos e cinematográficos. O trabalho inicial do SPI com imagens foi feito em conjunto com a Comissão Rondon, esta foi uma entre muitas práticas em que essa parceria se mostrou bastante produtiva. Ao pensar sobre a fotografia dentro do SPI, é possível constatar um processo de continuidade de concepção de registro, desde a Comissão, enquanto experiência acumulada. Outro fator que ratifica esse trabalho articulado está na própria pessoa do General Rondon, que comandou as duas frentes de trabalho a partir de 1910, quando da criação do SPI¹². O processo denominado de “pacificação”, pelo menos nos anos iniciais do SPI dentro do estado de Mato Grosso, começava com a primeira investida através da Comissão que atuava literalmente como um braço, uma extensão dos trabalhos de “pacificação”, em seguida, repassava o trabalho de atração e instalação do posto para o Serviço. Pelo menos quando se tratava do tema indígena, é possível perceber uma interatividade simbiótica entre as duas instituições.

Acredito que, talvez por isso, seja possível sugerir uma articulação de trabalho complementar

9 Microfilme 279. Fotograma 000242. SARQ – MI. RJ.

10 Carlos Alberto Casas Mendoza, “Nos Olhos do outro: nacionalismo, agências indígenas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940 – 1970)”, (Tese Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2005), 50.

11 Ministério de Agricultura / SPI, Rio de Janeiro, “Serviço etnográfico”, Boletim SPI, no. 7, (30 de junho de 1942): 7.

12 Para localizar, vale apontar que a Comissão das Linhas Telegráficas, sob o comando de Cândido Mariano Rondon, tem o seu trabalho inicial em 1907 e vai até o ano de 1930.

também em relação ao registro fotográfico, ou ainda, falar em continuidade histórica, isto é, processual dessa ação. Um exemplo dessa parceria e articulação está no filme e em uma coleção de fotografias realizados junto aos Bororo da Colônia São Lourenço, entre outubro de 1916 e março de 1917. O relatório de Thomaz Reis¹³ inicia dizendo de “sua incumbência de cinematografar os índios Bororo aldeados na Colônia de São Lourenço”. Nessa época, o SPI já tinha sua estrutura funcional em ação, mas, não possuía a figura do fotógrafo como funcionário, como era o caso do Tenente Reis (responsável pela parte de produção de filme e fotografias) dentro da Comissão Rondon e, nem tampouco, instruções claras sobre a utilização da fotografia como um instrumento de registro das atividades. Já, a Comissão iniciou a sua trajetória de registro imagético em 1912, quando Rondon criou

a Secção de Cinematographia e Photographia, sob a responsabilidade do então tenente Luiz Thomaz Reis. O major Thomaz Reis, como ficou conhecido mais tarde, viaja para a Europa para comprar equipamentos e começa seus primeiros registros em 1914. Reis será o principal fotógrafo e cineasta da Comissão Rondon. Antes de 1912, Rondon contratou os Serviços de uma casa comercial do Rio de Janeiro, o que não deu certo, em virtude das distâncias a percorrer e da falta de experiência dos fotógrafos no trabalho de campo¹⁴.

As imagens que foram produzidas dentro do estado de Mato Grosso, antes de 1922, pertencem ao arquivo audiovisual da Comissão Rondon. Dentro do SPI, na Inspeção Regional 06, em 1913, há a menção a um aparelho fotográfico 13 x 18, a *chassis* de alumínio, a reveladores, a chapas e a papéis, em uma relação de ferramentas, utensílios e objetos existentes no Posto “Estiva Nova”, que foi desativado na região do rio Guaporé, em 1916 e reaberto em outro lugar, mais próximo à cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1918. Em outra situação, a referência a equipamentos para revelação também aparece em uma lista de produtos farmacêuticos e

fotográficos da Inspeção Regional 06 no ano de 1915. Nessas duas situações, podemos sugerir que esse material era da Comissão Rondon e estava sendo transportado pelo SPI, uma vez que um caso semelhante aconteceu em 1916, relatado pelo Major Thomaz Reis à diretoria da Comissão Rondon, sobre os trabalhos de fotografia e cinematografia junto aos Bororo da Colônia, em que menciona o transporte dos equipamentos via Serviço de Proteção aos Índios.

Nessa época, há de se considerar que os Bororo foram alvo de mais fotógrafos e suas câmeras fotográficas na ocasião, além daquelas do ano de 1916. O relatório de 1919, do inspetor Samuel da Silveira Lobo, em um trabalho expedicionário para estudar a zona em que esse povo habitava, estava todo referenciado por fotografias¹⁵. O relatório contém mais de 40 páginas e, infelizmente, não foi possível analisar tais imagens, pois estão no formato de microfilme e quase sem visibilidade. Em nenhum momento há menção do autor das fotografias e estas imagens foram colocadas em uma clara concepção de expressão do real, ilustrando o discurso impresso no relatório. Neste caso, não tenho tanta segurança para sugerir a autoria em nome da Comissão, pois, acredito que se fosse haveria alguma indicação via relatório ou até mesmo via uma menção na apresentação do inspetor Samuel da Silveira Lobo, já que os trabalhos dessas duas frentes estavam intimamente ligados. Após esse evento, há fotografias produzidas pelo fotógrafo José Louro, em 1922, também feitas na Povoação São Lourenço sob a assinatura da Comissão Rondon.

Mas, neste ano de 1922, há um documento normativo, citado em linhas anteriores, que trata da aprovação do uso da fotografia dentro do Serviço, e no qual o diretor do SPI detalha o que deve

13 O Tenente Luiz Thomaz Reis, como bem diz o relatório, tinha, dentro da Comissão, a função de fotógrafo que foi designada por Rondon, o seu chefe-superior. No entanto, como funcionário do Estado, era mesmo Tenente Militar.

14 Fernando de Tacca, *A Imagética da Comissão Rondon* (Campinas: SP. Papyrus, 2001), 16.

15 A prática de estudos expedicionários como esse que foi realizado pelo inspetor Samuel da Silveira Lobo tem sua inspiração nas expedições científicas realizadas pelos naturalistas viajantes e, ainda podemos relacioná-la com um tempo mais atrás, com as expedições de conhecimento das administrações coloniais. Percebo entre essas práticas, pontos de contato. O que quero explicitar apenas é que esse tipo de ação era o que mais se aproximava de uma base “científica” dentro dos quadros do SPI antes da década de 1940, e que essa aplicação tinha claramente a base sertanista, com claros objetivos de conhecimento, mas, a prática do conhecer não tinha intenção científica. Antônio Carlos Souza Lima trabalha como ação geopolítica, de estratégia de conquista em *Um Grande Cerco de Paz* (1995).

ser fotografado por meio de mais instruções, dizendo que as imagens deveriam abranger:

(...) as instalações da sede da cada Posto, das plantações, dos rebanhos e criações, das moradias dos índios, de grupos de índios, das escolas, das casas de máquinas, de aldeias de vossa jurisdição, das estradas, das embarcações e de aspectos interessantes dos rios navegados pelos empregados da Inspetoria¹⁶.

Estas normas nos ajudam a pensar sobre a fotografia a partir da chancela do SPI. As instruções apontam a fotografia como uma objetivação do real, capaz de transmitir um mundo construído para os índios dentro das delimitações do que eram as *aldeias de jurisdição de cada encarregado*. Tendo apenas a documentação escrita em mãos, percebe-se a apropriação da imagem com a função da prova, do registro do que estava sendo edificado (arquitetura) pelo Serviço. A única situação ambígua na instrução, talvez, estivesse na falta de detalhamento de como deveria ser o registro dos grupos de índios, pois os outros itens faziam parte de um sistema fechado de práticas com o qual o Serviço acreditava levar os grupos indígenas para um grau de integração e evolução social.

O que parece sugerir a falta de detalhamento da instrução eram a prioridade e a urgência do registro do trabalho que estava sendo feito pelo Serviço, mas, esse trabalho ainda não era o resultado “pronto e acabado” da política de “pacificação”, e sim, no meu entendimento, a necessidade da justificativa do que estava sendo empregado em termos de verba, de pessoal, de material e de construções dentro dos postos. Nesse contexto, talvez fosse importante, pelo menos, apontar que esse trabalho estava sendo feito em “prol” dos grupos indígenas, no sentido de informar e, não necessariamente, de formar. Por conta disso, a instrução é mais generalizada e não centrada nos índios, não dando tanta importância ao fato de estarem ou não vestidos com roupas de “branco” ou se estavam posicionados em frente ao posto ou em frente às casas construídas para eles (índios), ou ainda, sentados na sala de aula. Enquadramentos imagéticos que mais tarde, via a Seção de Estudos, foram apontados como instrução, por exemplo.

O documento com a instrução de Horta Barbosa esmiúça também os termos do contrato com o fotógrafo, o formato das fotografias e, ainda, os direitos autorais dessas imagens. Isso tudo se devia ao fato do SPI ainda não ter em seu quadro funcional a figura do fotógrafo. Então, o encarregado tinha que organizar

(...) o programa, de que será enviada uma cópia a esta Diretoria, contratareis o trabalho correspondente com um ou mais fotógrafos, devendo esse contrato ser previamente comunicado e esta Diretoria que o aprovará *in totum* ou em parte e autorizará a sua execução assim como remeterá por ordem bancária os recursos monetários precisos para tal execução.

De cada fotografia, cujas dimensões serão de 18x24, devem ser fornecidos 6 exemplares a esta Diretoria, a chapa ou filme negativo deve ser recolhido ao arquivo da Inspetoria e o fotógrafo deve imprimir, sendo-lhe inteiramente vedado vender ou expor em público por conta própria ou de outrem alguma dessas fotografias. L. B. Horta Barbosa¹⁷.

Algumas poucas fotografias foram realizadas a partir da concepção inscrita nessas instruções citadas acima. Encontramos na documentação da inspetoria regional 06 uma seção de fotos revelando a espacialidade dos postos indígenas. Elas foram feitas por um fotógrafo que assina “Wulfes” e que fez duas coleções de fotografias das instalações da Povoação São Lourenço, uma no ano de 1922 e outra em 1931. Outras fotografias que encontrei no arquivo foram incorporadas a relatórios da inspetoria regional 06 em 1929. Entretanto, essas fotografias estão arquivadas em fotogramas no formato microfilme e por isso sem condições de análise, pois aparecem sem nitidez, nos dando apenas a vaga noção da imagem que aparece compondo esse sistema narrativo visual da edificação do posto em si. Esse relatório traz imagens dos postos Simões Lopes, Córrego Grande e Povoação São Lourenço. Após o ano de 1931, as referências sobre fotografia reaparecem no início da década de 1940 com a admissão da equipe do Serviço etnográfico chefiada por Harald Schultz, via Seção de Estudos, que começou imediatamente os trabalhos, munida de recursos necessários para as expedições sertas e várias visitas aos postos indígenas. Nesse

16 Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.

17 Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.

contexto, Mato Grosso continuou sendo foco das atividades programadas pelo Serviço. Em 1942, o primeiro ano de atividade da SE, *a equipe visitou cinco tribos diversas, ao sul de Mato Grosso – Terenas, Cadiueus (os antigos Guaicurús, grandes cava-leiros), Caiuás, Caingangues e Guaranis*¹⁸.

Construindo um olhar “científico” para os índios do Brasil.

Tendo explicitado em linhas gerais como as ações se pautavam, é importante demonstrar também como o Serviço estava organizado de forma administrativa. Nessa época, início da década de 1940, o SPI tinha um organograma funcional melhor delimitado enquanto sede administrativa no Rio, cujos departamentos possuíam funções mais específicas, para além da Diretoria Geral e das Sub-Diretorias, como nos primeiros anos do órgão¹⁹. Como fruto da ação do CNPI, a partir de 1942, o Serviço passou a contar com a Seção de Estudos (SE), além da Seção de Orientação e Assistência e da Seção Administrativa. Segundo a notícia publicada no jornal *Diário de Notícias*, a SE estava toda aparelhada “com amplos laboratórios de pesquisas, gabinetes, salas de projeção cinematográfica, oficinas de reparos do material técnico e de campanha”²⁰ e entre suas competências estavam os seguintes itens:

- a) estudar, sob o ponto de vista geográfico e econômico, as regiões habitadas por índios e fazer levantamentos estatísticos das populações indígenas, classificando-as por agrupamentos lingüísticos ou culturais, bem como pela respectiva distribuição pelos Postos;
- b) realizar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio, promovendo a divulgação dos resultados obtidos;
- c) realizar trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora, não só para documentação como para estudos etnográficos;

- d) cooperar com o Museu Nacional nos estudos etnográficos;
- e) estudar e solucionar questões relativas a terras do índio;
- f) estudar, permanentemente, o processo de assistência ao índio (...)²¹

Aqui é necessário abrir um parêntese e melhor acercar o tratamento que foi dado aos trabalhos etnográficos, etnológicos e fotográficos, conforme ata do CNPI, de 1943, que informa o gerenciamento desses trabalhos sob o comando do CNPI e não mais sob o gerenciamento do SPI, como havia sido determinado em reunião anterior assim que a SE foi criada. Das atribuições mencionadas acima, identificamos que apenas o item “c”, que diz respeito à realização de trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora, foi levado a cabo nos primeiros anos da SE, entre 1942 e 1945.

A recém-criada Seção foi fruto de um campo político de discussão com forte tendência normativa do Conselho. A sua efetivação mostrou que as questões políticas estavam ligadas às questões de interesse e prestígio pessoal em vários níveis, a começar pelo próprio presidente do CNPI, o general Cândido Mariano Rondon. Foram interesses dessa ordem que, em minha leitura, delimitaram o gerenciamento dos trabalhos, não pelo SPI, como foi determinado em uma reunião do Conselho, e sim, pelo próprio CNPI, que tinha Rondon na presidência. Pela Ata de 1942

(...) este Conselho, melhor estudando o assunto, em colaboração com o D.A.S.P.²², modificou a doutrina exposta no meu relatório de 1941 sob a epígrafe supra (fls. 10 a 12), mudando de orientação para concordar na organização destes trabalhos sob a direção deste Conselho e não do SPI. Aliás, era este e sempre foi o ponto de vista desta Presidência, o qual como V. Excia. poderá ver das atas de 1941, não prevalecera ao ser o assunto discutido em sessão do Conselho. É, portanto, motivo de satisfação registrar a opinião que acaba de prevalecer nesta agremiação²³.

18 Microfilme 382. Fotograma 617. SARQ – MI. RJ. Informação colhida na reportagem “Numa Tentativa para trazer os índios “Umutinas” ao convívio da civilização”, *Diário de Notícias*, 25 de junho, 1944.

19 Para saber mais sobre os organogramas funcionais do SPI desde a sua criação ver Lima, *Um Grande Cerco*. Antonio C. de S. Lima, *As Órbitas do Sítio. Subsídios para o estudo da política indigenista no Brasil, 1910 – 1967* (Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2009), 25.

20 Microfilme 382. Fotograma 617. SARQ – MI. RJ. Informações coletadas no *Diário de Notícias*, 25 de junho, 1944.

21 Lima, *As Órbitas do Sítio*, 2009, 35.

22 A sigla D.A.S.P. significava Departamento Administrativo do Serviço Público. Foi criado pelo Decreto-Lei n.º 579, de 30/07/1938, diretamente subordinado ao Presidente da República Getúlio Vargas.

23 Relatório/Ata do CNPI no ano de 1942. Microfilme 279. Fotograma 00020. SARQ – MI. RJ.

Estas palavras, registradas em ata, são de Rondon, considerado pela “história oficial”, cristalizada desde os primeiros anos do século xx, como o idealizador da política indigenista instaurada com a criação do SPI. Era tido também como uma pessoa com larga e exemplar experiência nos assuntos indígenas. Analiso esta mudança de orientação da direção dos trabalhos da SE como uma clara disputa do campo indigenista entre o Conselho, sob o comando de Rondon, e o SPI, prevalecendo aqui o capital simbólico, social e político que o nome *Rondon* abarcava. Lima²⁴, ao falar do SPI no Ministério da Guerra, coloca a importância que tiveram nessa época as relações interpessoais para compreender as relações institucionais e as mudanças organizacionais com respeito à questão indígena e como o nome “Rondon” sedimentava tais relações, até mesmo depois de sua morte. Por conta disso, ele sugere os termos de Bourdieu, não necessariamente de modo explicativo, mas, sim sugestivo, na tentativa de viabilizar uma montagem específica da política indigenista através de um órgão estatal que tinha em torno do nome Rondon um dado capital simbólico, social e político. Concordo com o antropólogo e faço a sugestão também de pensar essa marcação do campo do saber, nesse caso, uma concepção de história positivista de personificação desse conhecimento sobre os índios na figura de Rondon. Aliás, nesse contexto, também dá para pensar essa personificação como prática política muito utilizada e vista por alguns pesquisadores como uma das marcas do governo de Getúlio Vargas, a ponto dessa personificação se reproduzir com força em outras esferas em nível institucional.

Grupioni²⁵ faz uma leitura de que, em linhas gerais, o relacionamento do CNPI com o SPI foi de colaboração e apoio, mas que existiram situações pontuais de conflitos sobre decisões e atribuições. Para o autor, isso aconteceu pelo fato de que a partir de 1939 passaram a existir dois órgãos indigenistas com alguns objetivos convergentes. Em minha interpretação, a atribuição do gerenciamento da

Seção de Estudos foi uma dessas situações pontuais que Grupioni aponta como conflitante.

A composição dos membros do Conselho, sete ao total, estava desenhada para um trabalho de cooperação com o SPI, pois o presidente Vargas havia convidado o Marechal Rondon para a presidência e elegeu militares positivistas e representantes de instituições públicas, como o Museu Nacional e o Serviço Florestal, além de pessoas públicas, dita pelo Decreto-Lei nº 1.794, *de ilibada reputação e comprovada dedicação à causa da integração dos silvícolas à comunhão brasileira*, como foram os casos do médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o professor secundarista Boaventura Ribeiro da Cunha. Com esses membros e mais o representante do Serviço de Proteção aos Índios, o militar Vicente de Paulo Vasconcelos, o Conselho abordava os assuntos e demandas sem a presença de vozes dissonantes.

Ao observar a composição do CNPI e, considerando apenas o fato da presença de dois membros-antropólogos –Edgard Roquette-Pinto e Heloísa Alberto Torres²⁶– é impossível não elaborar questões sobre quais foram as ações do Conselho que tiveram a colaboração e/ou influência desses dois membros-antropólogos e/ou como atuaram²⁷.

26 Edgard Roquette-Pinto iniciou sua carreira como assistente de Antropologia e Etnografia no Museu Nacional, em 1906; foi pesquisador e colaborador da Comissão Rondon em 1913; no ano de 1926 foi nomeado diretor do Museu Nacional. Heloísa Alberto Torres, desde 1918, trabalhava no Museu Nacional como assistente de Roquette-Pinto, que segundo Luiz de Castro Faria, *Antropologia: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos saltos* (Niterói RJ: EdUFF, 1998) foi o patrono da carreira científica de Heloísa Alberto Torres, que foi professora-substituta na Seção de Antropologia e Etnografia do Museu, ao ser aprovada por concurso em 1925. Ela foi membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, de 1934 a meados da década de 40 e, em 1935 foi vice-diretora do Museu Nacional e em 1938 assumiu a sua direção. Alguns trabalhos de mestrado e doutorado tratam da trajetória profissional de Roquette-Pinto e a construção do seu conhecimento como antropólogo e a sua contribuição para a construção da disciplina de Antropologia no Brasil e na ação indigenista, enquanto um lugar político. João Baptista Cintra Ribas, “O Brasil é dos Brasileiros. Medicina, Antropologia e Educação na Figura de Roquette-Pinto” (Dissertação Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990). Freire, *Indigenismo e antropologia*, Castro Faria, *Antropologia: escritos exumados...* Ver Mariza Corrêa, “Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 6 (1988): 79-98. Mariza Corrêa, “Dona Heloísa e a pesquisa de campo”, *Revista de Antropologia* 40, no. 1 (1997): 11-54. Grupioni, *Coleções e expedições*.

27 Para uma análise de cunho institucional do CNPI na gestão Rondon e que traz algumas questões que perpassam esses dois mem-

24 Lima, *Um Grande Cerco*, 268.

25 Luis Donisete Benzi Grupioni, *Coleções e expedições: as etnólogas no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil* (São Paulo. Hucitec: ANPOCS, 1998), 42.

No caso deste trabalho, de maneira pontual, a questão perpassa sobre a influência intelectual no resultado das coleções fotográficas produzidas pelos funcionários-fotógrafos da SE, visto que as instruções para a equipe de Cinematografia e Fotografia vieram do CNPI. Ao colocar essa questão, não há aqui a intenção de destrinçar a genealogia dessas trajetórias, mas acredito ser importante cotejar informações que nos dão pistas das relações entre esses membros e pesquisadores, acadêmicos e instituições. Dar visibilidade a esses relacionamentos pode nos dizer muito, por exemplo, da concepção de indianidade que estava sendo colocada em prática através dessas imagens aqui analisadas.

Freire²⁸, ao tratar o Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão do General Rondon como objeto de pesquisa, traz à luz situações que nos esclarecem sobre as participações desses profissionais e o emprego dos seus conhecimentos antropológicos no contexto da política indigenista. O autor aponta como uma das conclusões, que a presença desses membros “especializados” não implicou automaticamente uma divisão de trabalho interna ao Conselho²⁹. No entanto, havia sim um entendimento tácito de que assuntos de ordem técnica (antropológica) eram dirigidos para o professor Roquette-Pinto e para a dona Heloísa Alberto Torres, representante do Museu Nacional. Freire³⁰ afirma que a composição do CNPI refletia justamente a combinação entre experiência indigenista (sertanismo) e conhecimento técnico (antropológico). O Marechal Rondon era quem orquestrava essa combinação fazendo a mediação entre as diferentes esferas de conhecimento e de poder³¹.

Em minha leitura, a inserção de membros especializados para tratar da questão indígena, nomeado pelo pesquisador como “conhecimento técnico”, para se referir ao campo antropológico, é vista como um marco importante para pensar a história da antropologia, não como disciplina no Brasil, mas, refiro-me à antropologia como

conhecimento aplicado ao campo político, através dos órgãos responsáveis pela política indigenista. Posto que esse foi o espaço institucional em que se legitimou o conhecimento antropológico para fins políticos, no sentido de uma política de Estado, pois até então, na esfera do SPI esse conhecimento tinha se dado mais de forma *en passant*, entre Rondon e alguns militares, através do Museu Nacional, e mais especificamente, na relação de Rondon com Roquette-Pinto, ou ainda, nos discursos que compunham relatórios mais elaborados, e ainda assim, muito mais como retórica que se servia dessa relação com o Museu via a pessoa do professor Roquette-Pinto. O SPI se valeu muito mais do empirismo sertanista, com forte suporte teórico da doutrina positivista, do que de uma base, dita científica, como estava sendo colocado nesse início da década de 40. Freire³² conclui também que essa participação de membros-antropólogos tampouco representou influências significativas, e com fundamentação de ordem científico-teórica, para pensar a questão indígena nos termos políticos, pelo contrário,

havia uma clivagem que estabelecia uma distância entre os projetos de política indigenista e os objetos legítimos da pesquisa antropológica de então, transparecendo em vários momentos de nossa exposição anterior: antropólogos do CNPI trabalhavam com dados etnográficos, não com fatos políticos³³.

Contudo, essa “separação” não foi proposta pelos próprios conselheiros-antropólogos ou pré-definida em regimento do Conselho. Isso foi sendo delineado e negociado a partir das iniciativas e demandas colocadas em pauta e, principalmente, por intermédio de Rondon. “Heloísa Alberto Torres identificava em Rondon a autoridade máxima do indigenismo brasileiro, restringindo sua participação no Conselho a intervenções que não questionassem essa autoridade”³⁴. O que também pode ser dito em relação a Roquette-Pinto, amigo pessoal de Rondon. Na minha interpretação, essa restrição nas intervenções foi esboçando a atuação para questões, ditas por Freire, de “assuntos etnográficos”. Roquette-Pinto propôs ações como, por

bras-antropólogos ver Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990.

28 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990.

29 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990, 321.

30 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990, 30.

31 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990. Garfield, *A luta indígena no*.

32 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990.

33 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990, 326.

34 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990, 327.

exemplo, a constituição de um acervo com artefatos e fotografias, elaboração de um vocabulário de todas as línguas faladas no Brasil, avaliação editorial do acervo etnográfico da Comissão Rondon, reprodução do acervo fotográfico produzido pela Comissão Rondon para distribuição às escolas e bibliotecas do Brasil como propaganda educativa, e outros assuntos que iam nessa direção³⁵. Outra ação que vale a pena frisar foi a edição da maioria dos materiais coletados via Comissão Rondon, que teve como resultado, por exemplo, os livros “Índios do Brasil”, volumes 1, 2 e 3. No meu entendimento, em práticas dessa natureza estavam impressos os interesses e prestígio pessoais de Rondon, daí entende-se a configuração do gerenciamento da SE pelo CNPI e não pelo SPI³⁶.

Como contraponto a essas ações de cunho etnográfico, para pensar em uma intervenção de ordem política, remeto ao caso do massacre de índios Krahó ocorrido em Goiás, no qual, ao final, Roquette-Pinto se viu de mãos atadas, declarando em uma sessão: *como falar de cultura e de educação, a quem está sendo assassinado?*³⁷. Depois desse episódio e outros dessa natureza, Freire³⁸ identificou na documentação pesquisada inúmeras faltas de Roquette-Pinto às sessões. Tais faltas foram interpretadas pelo pesquisador como frustração frente à incapacidade de utilizar o conhecimento antropológico para cessar os crimes contra os índios ou ainda para tratar a questão da terra, uma das demandas que chegavam ao SPI e eram direcionadas ao CNPI por conta da dificuldade em solucionar esse tipo de questão, que, normalmente, gerava e/ou agravava conflito entre índios e não índios. É nesse cenário de relações hierarquizadas e interesses ajustados a um planejamento bem mais amplo, via Estado Novo, que havia claras intenções de consolidar a conquista através do programa de colonização para a região Oeste e

Norte³⁹, momento em que a Antropologia passa a figurar no cenário da política indigenista brasileira. Aqui nos interessa problematizar a concepção de indianidade impressa nesse período através desses agentes sociais e as possíveis influências no resultado das fotografias, através da equipe de Cinematografia e Fotografia da Seção de Estudos. Pois, tampouco a explicação simplista de apontar o evolucionismo e outras matrizes disseminadas na época, como o positivismo, satisfaz a nossa análise para pensar parte das imagens produzidas pelos fotógrafos. Por isso, vamos esmiuçar um pouco as relações desses conselheiros-antropólogos com a intenção de informar o contato com instituições, pesquisadores e, conseqüentemente, tatear que conceitos e/ou concepções estavam sendo manejados. Pelo que os fatos indicam, a Seção de Estudos que compunha parte do SPI e que era gerenciado pelo CNPI, via a figura direta de Rondon, foi lugar privilegiado em que concepções de indianidade, coladas a uma base científica, foram postas em prática.

Ao contextualizar o professor Edgard Roquette-Pinto é importante dizer que na época em que esteve à frente do Museu Nacional, entre 1926 e 1936, canalizou esforços para a ampliação das coleções etnográficas e deu atenção especial aos “tipos étnicos”, estudo que começou a desenvolver desde sua época como assistente da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, em 1905⁴⁰. Álvaro Lins, no discurso de posse de Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras, no ano de 1956, em que apresentou um

35 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990, 81.

36 É claro que havia ainda outros interesses políticos que foram tratados também a partir dessa lógica personalista e aí o leque se amplia, tanto em nível de Estado Federal, e nessa esfera dá para citar a figura do próprio presidente Vargas, quanto em níveis regionais, em se tratando de governos estaduais, municipais e políticos em geral.

37 Ata do CNPI, 1942. Microfilme 279, Fotograma não visualizado. SARQ – MI. RJ.

38 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990.

39 O direcionamento de ações políticas para essa região com a intenção de colonização (povoamento e exploração econômica) e de incremento à proteção das fronteiras não é uma situação instaurada no Governo Vargas. Antes, podemos mencionar a instalação das Linhas Telegráficas através da Comissão Rondon, apenas para localizar ações datadas no século xx. Suas implicações extrapolaram a integração das comunicações com o Sertão via telégrafo. Todd A. Diacon, *Rondon o marechal da floresta*, tradução Laura Teixeira Motta; coordenação Elio Gaspari e Lília M. Schwarcz. (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), 29; traz o decreto do presidente Afonso Pena que estipula duplo objetivo de construir o Estado e a nação. Além de instalar a linha, Rondon deveria estudar a região, explorá-la e mapeá-la buscando promover a ocupação efetiva e a incorporação da área. Deveria fazer o levantamento topográfico das terras e torná-las acessíveis à avalanche de imigrantes que, ele esperava, seguiriam seus passos. Mas, se recuarmos ainda mais no tempo, veremos que o processo de povoamento e as intenções de cunho econômico e social com a região datam, no mínimo, do século xviii.

40 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990.

estudo sobre o professor, afirmou que a sua formação em Medicina com a tese “Etnografia americana o exercício da Medicina entre os indígenas da América”, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, delineou algumas teorias em sua vida profissional que não abandonou mais e que suas experiências posteriores só fizeram dobrá-las ou ampliá-las. A antropologia física, centrada nos estudos somatológicos e suas convicções à doutrina positivista, dizem muito da formação teórica de Roquette-Pinto, que, segundo Freire⁴¹, ficou “estagnada” no período compreendido entre a sua saída da direção do Museu Nacional até a sua nomeação como vice-presidente do CNPI⁴². Com esse episódio, pode-se falar de um retorno do professor Roquette-Pinto à antropologia, sendo que, por sua vez, nesse tipo de atuação, se viu frustrado diante da impossibilidade do valor prático dessa ciência para as questões conflituosas entre índios e não índios. A concepção de ver na antropologia uma ferramenta para resolver os problemas dos índios, muito se deveu também pela sua participação no 1º Congresso Indigenista Interamericano, que aconteceu no México, no ano de 1940, no qual Roquette-Pinto foi o delegado brasileiro. Como representante do CNPI, nesse evento, o professor estabeleceu contatos, participou de seções de discussões, entre elas, a de Sociologia e Economia Aplicada⁴³ e coletou informações, impressões e experiências de outros países, principalmente o

México e Estados Unidos, a ponto de apresentar em seu relatório de viagem comparações da política indigenista brasileira com as desses países.

Dessa experiência de sua participação no Congresso, um ponto a evidenciar e que nos ajuda a pensar a respeito da questão indígena, é o fato de Roquette-Pinto perceber que a questão indígena no México estava sendo tratada a partir de uma base científica, dita por ele, uma base composta de uma “elite intelectual” que aplicava o conhecimento antropológico para “salvar os restos desta fração de humanidade americana, em vias de desaparecimento”⁴⁴. Ao mencionar a professora Heloísa Alberto Torres, chamo a atenção, primeiramente, para suas relações em níveis institucionais, visto que a professora era conselheira do CNPI e representante do Museu Nacional, onde era diretora, ressaltando a importância deste último como lugar privilegiado para manter contatos com outros museus, universidades, acadêmicos e pesquisadores dentro e fora do Brasil. Segundo Corrêa, Dona Heloísa, como gostava de ser chamada, mantinha interlocução com a Universidade de Columbia⁴⁵, promovendo a vinda de pesquisadores americanos ao país. Todas as pesquisas, tanto de pesquisadores nacionais quanto dos que vinham de Columbia, tinham as sociedades indígenas como estudo. Em outro texto de Corrêa⁴⁶, ela nomeia alguns desses pesquisadores: Charles Wagley, William Lipkind, Buell Quain e Ruth Landes, inicialmente; em seguida, estiveram sob tutela de Dona Heloísa, James e Virginia Watson, Yolanda e Robert Murphy, entre outros.

Outro contexto institucional foi o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil⁴⁷, a partir de 1934. O Museu Nacional

41 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990.

42 Essa “estagnação” que Freire aponta, talvez seja, a meu ver, mais como uma mudança tangencial de enfoque em sua profissão, pois, no início da década de 1930, Roquette-Pinto passa a atuar em suas metas educativas. Outra faceta do professor que é interessante frisar é que ele engrossava as idéias de Alberto Torres, pai de Heloísa Alberto Torres, de projetos reformuladores em busca da construção de uma identidade nacional. Ele criou a “Revista Nacional de Educação” (1932 – 1934) e em 1936 colocou em prática o seu projeto “Cinema Educativo” Luiz de Castro Faria, *Antropologia: escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico* (Niterói RJ: EdUFF. 1999). Acredito que esta característica de Roquette-Pinto ajuda a reforçar a questão de levar a educação para os povos indígenas dentro dos postos e isso aparece, por exemplo, em sua sugestão de fazer a reprodução do acervo fotográfico da Comissão Rondon para distribuição ao molde de cartão postal, como propaganda educativa. E algumas imagens feitas pela equipe foto-cinematográfica no Posto Cachoeirinha, por exemplo, foram reproduzidas como postais e foram encaminhadas para escolas de todo o Brasil, como bem sugeriu Roquette-Pinto.

43 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990.

44 Freire, *Indigenismo e Antropologia*, 1990, 57.

45 Ao mencionar a Universidade de Columbia é importante apontar as interlocuções. De acordo com (Castro Faria, *Antropologia*, 188) os contatos formais com Franz Boas, um dos principais interlocutores nessa instituição acadêmica, que inquestionavelmente serviu ao Museu Nacional tanto quanto se serviu desta instituição para cobertura dos trabalhos dos seus graduados da Columbia University, remontam ao início da década de 30; foram iniciados por E. Roquette-Pinto, continuados e ampliados por Heloísa Alberto Torres.

46 Corrêa, “Dona Heloísa e a pesquisa de campo”, 13.

47 Para saber mais sobre o Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil veja Grupioni, (*Coleções e expedições*, 1998). O livro é sua dissertação de mestrado, em que ele faz uma etnografia histórica da instituição e enfoca alguns etnólogos que tiveram suas expedições científicas controladas por esse órgão.



Imagem SPI00561
Chefe da equipe etnográfica Harald Schultz com o capitão do Ipeque.
Schultz, H. 1942.

tinha uma representação que correspondia à área de antropologia e etnografia e Dona Heloísa era a representante. Esse lugar também permitiu estabelecer relações com um amplo leque de pesquisadores que vinham para o Brasil com o objetivo de realizar estudos e expedições científicas. Só por essas relações, já podemos apontar certo acúmulo de capital científico no campo antropológico, ou pelo menos, o manuseio desse conhecimento através dos projetos de pesquisas e de expedições, das quais ela era a pessoa responsável pelo parecer, e mais, através desse campo institucional se aplicava o conhecimento antropológico para gerar política de Estado.

Vale ressaltar que nos dois casos de atuação, tanto no CNPI quanto no Conselho de Fiscalização, havia referência da profissional Dona Heloísa à sua inserção no Museu Nacional⁴⁸, o que reforçava a

prática museológica de constituição de acervos. E como bem aponta Castro Faria⁴⁹, por conta dessas relações que a professora Heloísa mantinha com pesquisadores estrangeiros – que viam no Brasil um lugar ainda privilegiado de estudos com povos “primitivos” – ela investia na necessidade de centrar esforços na formação de técnicos de pesquisas, reivindicava a criação da carreira de antropólogo e defendia também o constante aperfeiçoamento das técnicas etnográficas, o que tinha a ver com o seu espírito nacionalista, herdado do seu pai, Alberto Torres, intelectual que tinha o projeto de “Organização Nacional” (1914). Este projeto, com a Revolução de 30, foi retomado por vários intelectuais que atuavam no serviço público, que viam a possibilidade de pôr em prática os seus ideários de reforma e construção de uma forte e nova identidade nacional. E Heloísa Alberto Torres assumiu, ela mesma, a posição de construtora da política cultural que viria a ser planejada e instrumentada pelo Estado Novo⁵⁰. Essa característica “nacionalista”, comum aos dois conselheiros-antropólogos do CNPI, nos leva a uma interpretação primeira de que eles estariam inseridos no Conselho não somente pela inserção como profissionais da antropologia, mas sim, também, por posturas e questões políticas de relações de poder. Outra leitura imediata é pensar que esses membros são frutos dessas instituições, principalmente o Museu Nacional, que credenciou Heloísa Alberto Torres como conselheira no Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e no Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Considerando de forma pontual o Museu Nacional, temos que levar em conta que essas interlocuções que Dona Heloísa mantinha com pesquisadores internacionais também foram filtradas, de alguma forma, por essa prática museológica, ou seja, em parte o que ela absorvia das teorias através dessa rede de relações estava relacionado à conformação do Museu Nacional, pois é essa inserção que a fazia se posicionar como profissional da antropologia. Como membro do CNPI, Dona Heloísa tinha a responsabilidade de contribuir

48 Castro Faria, *Antropologia*, 1998, afirma que Dona Heloísa ocupava duas posições estratégicas a partir de sua participação nesses Conselhos e por conta disso teve sua atuação na formação de

antropólogos e de desenvolvimento de pesquisa de campo, não só neste domínio, como também das ciências naturais.

49 Castro, *Antropologia*.

50 Castro, *Antropologia*, 315-316.



Imagem SPI00052

Homem com adornos corporais da festa do Bate-pau ao lado do membro da Comissão Etnográfica do SPI, Heinz Forthmann. Schultz, H. 1942.

com a política indigenista, mas, por conta do aporte teórico de sua prática cotidiana em museu, presumo de que isso a fez conceber os povos indígenas por meio de noções teóricas pautadas no colecionismo científico.

Acercando os fotógrafos

O documentário Terena foi um dos resultados dessa visita ao sul de Mato Grosso e terá algumas de suas imagens analisadas neste trabalho. Em 1942, Harald Schultz e Heinz Foerthmann estiveram no sul de Mato Grosso realizando o documentário produzido pela equipe da Seção Foto-Cinematográfica da recém-criada Seção de Estudos do SPI. Trago as imagens (SPI00561, SPI00052), exibidas acima, para apresentar e localizar os autores das fotografias presentes neste trabalho. Afinal, como diz Kossoy⁵¹. *a imagem fotográfica resulta do processo de criação*

do fotógrafo: é sempre construída; e também plena de códigos. De modo que, acredito ser necessário trazer à luz o que eles (os fotógrafos Harald Schultz e Heinz Foerthmann) deixaram intencionalmente como um registro para a posteridade, uma fotografia documental cunhando a autoria de um novo tempo tanto para o Serviço de Proteção aos Índios quanto para suas vidas profissionais e, porque não dizer, pessoais. Mas, nem por isso, também como argumenta Kossoy, esses registros podem deixar de ser questionados, uma porque são fotografias e outra porque, neste caso, também são documentos.

Esses funcionários da Seção de Estudos foram admitidos entre dezembro de 1941 e abril de 1942. Harald Schultz, segundo um documento do CNPI contendo a relação dos membros a serem admitidos para a Seção de Cinematografia e Fotografia, tinha 33 anos e possuía conhecimentos técnicos de foto e cinematografia, organização técnica e burocrática, noções práticas de farmácia, falava os idiomas alemão, português, dinamarquês e tinha noções práticas do inglês. Em sua experiência profissional anterior, figurava o cargo de técnico

⁵¹ Boris Kossoy, "Fotografia e Memória: reconstituição por meio da fotografia", em *O Fotográfica*, ed. Etienne Samain (São Paulo: Hucitec, 1998), 42.

durante cinco anos no DIP⁵² – Departamento de Imprensa e Propaganda – órgão responsável pela publicidade e propaganda dos órgãos do governo do então presidente Getúlio Vargas. O DIP estava ligado diretamente à presidência. Segundo Mendes⁵³, Schultz foi convidado pelo próprio Vargas para ingressar no SPI. Schultz era brasileiro, de ascendência alemã e dinamarquesa. Nasceu em Porto Alegre no ano de 1909, fez seus estudos básicos na Alemanha entre 1915 e 1924, retornando ao Brasil após sua conclusão.

Dessas breves informações sobre Schultz, acredito ser importante considerar como pontos relevantes e influentes para o trabalho desenvolvido no SPI, o fato de ter morado na Alemanha em sua única fase de formação educacional⁵⁴, experiência que o teria influenciado, pelo menos na sua forma de ver e atuar no mundo, junto ao fato de ter trabalhado no DIP, considerado o berço do marketing político brasileiro, de intensa instrumentalização da fotografia com fins ideológicos. Esse breve histórico nos sugere que sua ascensão profissional teve início com esse cargo de chefe da equipe etnográfica da Seção de Estudos do SPI, lugar em que aperfeiçoou sua formação como fotógrafo e começou sua formação como etnógrafo, iniciado pelas mãos de Rondon e Nimuendajú, em um curso de formação rápida de dois meses no Museu Nacional. Esse fato é revelador, digo, da preocupação do CNPI em fazer da Seção de Estudos a institucionalização da técnica antropológica, como

um meio de agregar o conhecimento sobre os índios em uma base científica.

Já Heinz Foerthmann, o segundo nome da lista de admissão, que por sua vez foi convidado por Schultz⁵⁵, também tinha ascendência alemã, passou parte de sua infância na Alemanha e depois de trabalhar na sua juventude como fotógrafo e desenhista publicitário em Porto Alegre, e posteriormente no Rio de Janeiro, foi admitido pelo SPI. Esses conhecimentos e ainda alguns antecedentes em trabalhos burocráticos (gerente comercial), corte e composição de filmes, conhecimentos de serviços gráficos, litografia, cricheria etc., devem ter ajudado na sua indicação, além de amplo domínio das línguas: português, alemão, inglês e noções práticas de francês. Foerthmann tinha 27 anos na época e foi contratado para trabalhar no SPI como chefe das caravanas e com gravação de discos.

Retomando as imagens dos fotógrafos exibidas em linhas anteriores, penso ser importante conhecer o modo como estes se imaginaram sendo vistos, projetando suas próprias imagens para o futuro. A partir delas é possível levantar alguns pontos sobre a relação entre o fotógrafo (Schultz e Foerthmann) e o fotografado (índios Terena) e o receptor (pesquisador). Pois essas imagens – como documentos que estariam sendo produzidos para a construção de uma representação visual, que depois seria registrada em arquivo – também evocam outras interpretações se consideradas em uma relação dialógica, levando em conta, inclusive, a figura do receptor-pesquisador nessa relação, demarcando prováveis leituras que não são neutras, como afirma Kossoy⁵⁶.

Dessa relação dialógica evocada como característica própria da imagem, vamos nos deter em uma perspectiva de Buxó i Rey⁵⁷ como forma de

52 Microfilme 382. Fotograma 579. SARQ – MI. RJ.

53 Marcos de Souza Mendes, *Heinz Foerthmann e Darcy Ribeiro: Cinema Documentário na Serviço de Proteção aos Índios, SPI, 1949-1959*. (Tese doutorado, Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, 2006).

54 O fato de ter estudado na Alemanha deve ter ajudado a moldar o olhar de Schultz em relação aos povos americanos, pelo menos, de forma generalizada. Afinal, os naturalistas alemães desempenharam papel fundamental na elaboração das ciências humanas e naturais na Alemanha, no sentido de conceber os povos indígenas a partir de ideologias que os ligavam a uma Natureza edênica e selvagem. Além disso, o ensino básico na Alemanha compreendia o que podemos chamar, bem grosso modo, de “conhecimentos gerais”, principalmente em Ciências Naturais, Geografia e Filosofia. Schultz não chegou a fazer um curso superior. Não há um trabalho biográfico tão aprofundado do fotógrafo-etnógrafo. Esses dados foram colhidos no texto *Obituário*, produzido por CAMBIAR FOR por Herbert Baldus, “Harald Schultz 1909-1966”, *American Anthropologist* 68, no. 5 (1966): 1233-1235.

55 Por mais que Foerthmann se adequasse ao trabalho pelas suas atribuições, o fotógrafo chegou a ser contratado no SPI pelas mãos de Schultz. De acordo com Mendes (Mendes, Heinz Foerthmann e Darcy Ribeiro, 2006, 25), a relação de amizade antiga com o botânico e professor Alarich Schultz, marido de Irmigard (irmã de Foerthmann), e com o irmão deste, Harald Schultz, chefe da Equipe Cine-Fotográfica do Serviço de Proteção aos Índios, o levou a cursar Instrução Básica em Cinema, a se aperfeiçoar em fotografia industrial e a ingressar no SPI.

56 Kossoy, *Fotografia e Memória*, 1998.

57 M^o Jesús Buxó I Rey, “Mirarse y agenciarse: espacios estéticos de la performance fotográfica”. *Revista de Dialectología y Tradi-*

mirarse y agenciarse, como num jogo performático entre fotógrafo e fotografado, em que o controle da produção não está nas mãos de quem domina a técnica e a teoria do ato de fotografar, mas que essa representação visual é construída de maneira dialógica em que ora percebe-se a ação do fotógrafo e ora percebe-se a ação devolvida com o olhar do fotografado, ambos, inscrevendo e se inscrevendo nessa construção. Aqui, os fragmentos captados nos indicam como assunto registrado, a imagem do próprio fotógrafo como acontecimento, indicando e apresentando-o em seu meio de trabalho, com sua roupa de corte ocidental (farda), ao estilo colonial-conquistador, com cor asséptica, expondo os seus instrumentos de trabalho: a máquina fotográfica, fotômetro e tripé a tiracolo e, ao lado do seu tema (o índio), cunhando a sua autoria. Com o evento de posar ao lado do seu tema, tanto Foerthmann quanto Schultz demarcam a diferença entre o fotógrafo e o “seu” observado, cada um ao seu modo, mas, os dois o fazem com propriedade e revelam com essa ação traços do caráter de cada um.

A hipótese sugerida no caso de Foerthmann, imagem SPI00052, é que por ser mais jovem e vir de um passado recente de fotógrafo e desenhista publicitário, escolheu um índio em sua representação mais próxima do “tradicional”, com certa carga de exotismo. Isso se expressa pelo fato do índio Terena estar adornado para uma dança ritualística, mesmo apresentando trajés mesclados com roupas utilizadas pelos ditos “civilizados”⁵⁸. Outra situação que chama a atenção é que Foerthmann se apresenta ao lado do índio, mantendo certa distância, postura semelhante à dos fotógrafos profissionais de estúdios, contratados para realizar tal trabalho não demonstrando envolvimento com o fotografado. Em sua expressão facial, podemos sugerir um leve sorriso de Foerthmann, demonstrando satisfação e orgulho de posar ao lado da figura de um índio paramentado,

demonstrando a sua exotividade pelo traje plumário que levava.

O distanciamento de Foerthmann na fotografia parece estar impresso também na legenda datilografada no álbum de contato do SPI: *Homem com adornos corporais da festa do Bate-pau*⁵⁹ ao lado do membro da Comissão Etnográfica do SPI. Esse “homem” não tem nome, importando apenas a informação de cunho etnográfico – de levar adornos corporais para a festa do Bate-pau. Centrando o foco na imagem do homem Terena, o que se revela é sua pose frontal, entendida por mim como produzida pelo fotógrafo ou ainda arrumado na postura de “sentido” mostrando o pau adornado e seguro, como em uma das posições da dança. Essa composição parece ter sido feita pelo próprio Foerthmann, instante antes de se posicionar ao lado de maneira mais despojada, mostrando-se mais íntimo da câmera. A postura tesa do homem Terena demonstra a imposição externa, mas, a sua expressão facial é firme, séria e amarrada. O olhar direto na câmera nos indica uma consciência de desconforto e de ligeira indignação. Outra sugestão que reafirma a consciência de uma expressão facial séria pode estar na própria representatividade da Dança do Bate-Pau para o homem Terena que posa para foto, na tentativa de demonstrar a atividade inserida no campo simbólico-cultural dos Terena.

Já no caso de Harald Schultz, imagem SPI00561, o que me faz indagar é a sua pose, pois seu braço está em volta do chefe da aldeia Ipegue, localizada dentro do Posto Taunay. Aqui, podemos sugerir, ao contrário de Foerthmann, uma necessidade de estabelecer um vínculo com o seu “tema”. Uma aproximação, que sugiro ser política, como um acordo de cavalheiros. Explico-me:

59 *Hiokixoti-Kipahê* é uma das designações em língua indígena para a “dança do bate-pau”. Esta expressão é traduzida como “Dança da Ema”, (Kipahê = Ema). O rito da “dança do bate-pau” ou a “dança da ema” consiste na execução de uma série de “peças” ou passos, executadas por duas colunas de homens. Andrey Ferreira, “Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro”, (Tese Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2007). Outra interpretação na língua de *Hiokixoti-kipahê*, cuja tradução literal seria “Estar Vestido de Ema”, segundo Fernanda Carvalho, “Koixomuneti” e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena”, (Dissertação Mestrado em Antropologia Social. São USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1996).

ciones Populares. Perspectivas em Antropología Visual, Tomo III, Cuaderno Segundo. (1998): 175-189.

58 Na concepção dos funcionários do SPI, os Terena de Cachoeirinha eram considerados “índios civilizados”, ou pelo menos, que estavam em estágio mais avançado de assimilação, e a dança do Bate-Pau era um dos rituais que ainda guardava traços dos costumes Terena.

Schultz além de fotógrafo era o chefe dessa expedição e ainda chefe da equipe etnográfica do Serviço. Antes de sair para esse trabalho de campo, a equipe passou quase um ano se preparando para as expedições sertanistas e acredito que esse preparo entendido, principalmente, como formação, apontou para Schultz uma performance diferenciada, de se fazer chefe e de estar ao lado do chefe. Schultz sabia da importância de ganhar a confiança do seu “tema”, que não era simplesmente Outro, era Outro “índio” e “chefe”. O simples fato de ser índio, provavelmente, foi compreendido por Schultz na chave da “encarnação de uma natureza selvagem” e, por isso, de “índole”, às vezes, difícil. Nesta situação, estabelecer relações cordiais poderia ajudar no sentido de ganhar a confiança do chefe⁶⁰, e este, por sua vez, poderia exercer o seu poder em facilitar a aceitação dos índios para serem fotografados ou ainda de se submeterem aos mandos para a pose ideal. Mas, é óbvio, que mesmo estabelecendo essa proximidade, mais política, o enquadramento da fotografia, de corpo inteiro, mostra quem de fato é o dominador na imagem. Primeiro, pela sua notória altura em relação ao chefe índio, conferindo uma autoridade analógica à sua dimensão vertical e esguia. Segundo, pela sua visível altivez frente à fragilidade, por conta do corpo senil do capitão da aldeia Ipegue.

Mesmo estando evidente a marcação do fotógrafo como protagonista, é inegável a participação dos índios nas fotografias. O fato da pessoa fotografada devolver o olhar para a câmera fotográfica evidencia que não há um ato referencial unilateral, há nessa devolução uma consciência de si, sinalizando para mais de um significado, para mais de uma mensagem, atuando como agente que se situa e atua⁶¹. Portanto, não é só Schultz ou Foerthmann que se situam e atuam, o Capitão de Ipegue também impõe a sua presença. Ao focalizar na sua figura e não no conjunto do quadro, chama a atenção o fato de se apropriar dos códigos

do mundo do “branco” em jogo no espaço do posto com sua vestimenta completa, com camisa por dentro da calça, paletó e acessórios (chapéu, cintos e botas), demonstrando o manejo com o mundo do “civilizado” e se portando como um. Outra situação está na sua postura de estar ao lado de Schultz de maneira que o seu braço esquerdo não procura abraçar o fotógrafo e sim, apenas tenta encontrar uma posição de conformação em manter-se do lado, como desejando uma autonomia de postura. A sua expressão facial mostra uma seriedade bem diferente do homem Terena que posa ao lado de Foerthmann. O Capitão de Ipegue encara a objetiva com traços firmes na tentativa de demonstrar a seriedade e a importância dada ao ser fotografado ao lado do funcionário-fotógrafo.

Outra leitura para essas fotografias que enfocam os fotógrafos ao lado dos seus “temas” está na “aproximação” da sociedade nacional representada na figura dos fotógrafos com o “índio”, visto nas figuras do chefe da aldeia Ipegue e do Terena paramentado para a festa do Bate-Pau. Sobre esse enfoque vamos buscar o propósito, apontado por Garfield⁶², da construção necessária pelo Estado Novo de uma visão simpática e romantizada dos índios do Brasil. E isso estava colocado, de maneira indireta, nos planos de trabalho da Seção de Cinematografia e Fotografia, apresentada por Schultz no formato de instruções em março de 1942, meses antes de irem para campo, fazendo a distinção entre filme etnográfico e filme para exibição pública⁶³, pois, de forma clara via legislação, competia à SE: *promover a divulgação dos vários aspectos da vida indígena através de conferências ilustradas e exposições, despertando o interesse do público pelo índio*⁶⁴. A partir dessa instrução geral, havia então a necessidade de esmiuçar ainda mais a instrução para atender os diferentes públicos, produzindo material mais “especializado”, para dar conta das

60 Antes de chegar ao Posto Cachoeirinha, Schultz estava informado da dinâmica política interna dessa espacialidade, tendo que considerar a liderança indígena de cada aldeia. Dentro do posto indígena havia mais de um grupo de índios Terena, e cada grupo se conformava em aldeia e, para cada aldeia, havia uma liderança indígena.

61 Buxó I Rey, “Mirarse y agenciarse: espacios”, 183.

62 Garfield, *A luta indígena no coração*, 2011.

63 Mesmo não analisando os filmes produzidos na mesma ocasião do documentário fotográfico, acredito que por se tratar de imagem e de um trabalho integrado (foto-cinematografia), estou considerando que havia uma mesma intencionalidade nas produções e por isso, trago as instruções feitas para os filmes para pensar também as fotografias.

64 Item “I”, do artigo 8º do Decreto-Lei 10.652, de outubro de 1942. In: Antonio Lima, C. de S. *Um Grande Cerco*, 35.

conferências; ou material de publicização, para exposição ao público em geral. Por conta disso, Schultz definia *Filmes Etnográficos*, os que

[...] demonstrarão restritamente aspectos positivamente típicos da vida e dos costumes indígenas; destinando-se aos estudiosos em etnografia, [e] carecerão de um cunho artístico, devido à necessidade de se ter que entrar em detalhes prolongados, às vezes desinteressantes ao grande público⁶⁵.

E por filmes para *Exibição Pública*, os que obedecessem a uma

[...] orientação artística na própria filmagem durante a expedição, como após, nos trabalhos de confecção nos laboratórios. Estes filmes, porém, não poderão carecer de um conteúdo educativo e cultural. Cito como exemplo um tema que poderá servir de base para um dos primeiros filmes: 'o decorrer de um dia indígena'. Abrange este tema amplas possibilidades de demonstração da vida social e cultural ou primitiva tanto do índio, como pessoa única, como de toda aldeia indígena em sua totalidade, dando desta forma ao público uma idéia perfeita da vida daqueles seres da vida brasileira ainda não integrados na grande comunidade nacional⁶⁶.

Quer fosse para a intenção de estudo ou para exibição, havia uma consciência de documentar, inclusive, os bastidores dessa produção. Percebemos todo um movimento de recursos-humanos e de equipamentos que se instaura como inovador, tendo como base a pauta "científica", ou melhor, científicista. Pois, a Seção de Estudos estava construindo a história com ares de modernidade e, mais importante, com ares de cientificidade.

Referências

Fontes documentais

1. Microfilme 221. Fotograma 1040. Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI). Rio de Janeiro (RJ).
2. Microfilme 279. Fotograma 000242. Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI). Rio de Janeiro (RJ).

65 Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI. Microfilme 336. Fotograma 0581-0583. SARQ – MI. RJ.

66 Planos de Trabalho para Seção de Cinematografia e Fotografia do SPI, 17/03/1942. Microfilme 336. Fotograma 0581-0583. SARQ – MI. RJ

3. Microfilme 382. Fotograma 617. Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI). Rio de Janeiro (RJ).
4. Microfilme 382. Fotograma 579. Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI). Rio de Janeiro (RJ).
5. Microfilme 279. Fotograma 00020. Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI). Rio de Janeiro (RJ).
6. Microfilme 279, Fotograma sem visibilidade. Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI). Rio de Janeiro (RJ).
7. Microfilme 336. Fotograma 0581-0583. Serviço de Arquivos do Museu do Índio (SARQ – MI). Rio de Janeiro (RJ).
8. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro. Nº 07. Junho de 1942.

Bibliografia

- Baldus, Herbert. "Harald Schultz 1909-1966", *American Anthropologist*. New Series, vol. 68, no. 5, (1966): 1233-1235.
- Buxó I Rey, M^a Jesús. "Mirarse y agenciarse: espacios estéticos de la performance fotográfica". *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Perspectivas em Antropología Visual, Tomo III, Cuaderno Segundo. (1998): 175-189.
- Calvo, Luis C. "Imagen y ciencia. En torno a la indagación sobre la búsqueda de la naturaleza biológica de la cultura", *Quark*, no. 9 (1997): 25-35.
- Carvalho, Fernanda. "Koixomuneti" e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena. Dissertação mestrado, São USP, São Paulo, 1996.
- Castro Faria, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados. Espaço circunscrito: tempos soltos*. Niterói: EdUFF, 1998.
- Castro Faria, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EdUFF, 1999.
- Corrêa, Mariza. "Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 6 (1988): 79-98.
- Corrêa, Mariza. "Dona Heloisa e a pesquisa de campo", *Revista de Antropologia* 40, no. 1 (1997): 11-54.
- Diacon, Todd A. *Rondon o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- Ferreira, Andrey. “Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro”. Tese Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2007.
- Freire, Carlos Augusto da Rocha. “Indigenismo e Antropologia. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na Gestão Rondon (1939-1955)”. Dissertação Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1990.
- Garfield, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937 - 1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- Grupioni, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo. Hucitec: ANPOCS, 1998.
- Kossoy, Boris. “Fotografia e Memória: reconstituição por meio da fotografia”. En *O Fotográfico*, editado por Etienne Samain. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Lima, Antonio C. de S. *Um Grande Cerco de Paz, Poder de Tutela, Indianidade e formação do estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.
- Lima, Antonio C. de S. *As Órbitas do Sítio. Subsídios para o estudo da política indigenista no Brasil, 1910 - 1967*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2009.
- Mendes, Marcos de Souza. “Heinz Foerthmann e Darcy Ribeiro: Cinema Documentário no Serviço de Proteção aos Índios, SPI, 1949-1959”. Tese Doutorado em Multimeios, Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.
- Mendoza, Carlos Alberto Casas. “Nos Olhos do outro: nacionalismo, agências indígenas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940 - 1970)”. Tese Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2005.
- Ribas, João Baptista Cintra. “O Brasil é dos Brasileiros. Medicina, Antropologia e Educação na Figura de Roquette-Pinto”. Dissertação Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990.
- Tacca, Fernando de. *A Imagética da Comissão Rondon*. Campinas: SP. Papyrus, 2001.

- Fecha de recepción: 7 de junio de 2012
- Fecha de evaluación: 2 de agosto de 2012
- Fecha de aprobación: 25 de noviembre de 2012

Cómo citar este artículo

Camargo de Arruda, Lucybeth. “Fotógrafos e Fotografias na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (Brasil)”. *Memoria y sociedad* 17, no. 34 (2013): 50-67.